



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 72/XI/ 2.ª SL

Aos 16 dias do mês de Março de 2011, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1 - Audição a S. Exa. o Ministro de Estado e das Finanças (MEF), Teixeira dos Santos, visando acompanhar os desenvolvimentos relativos à criação do Mecanismo Permanente de Estabilização Financeira, atendendo ao apelo formulado pelo último Conselho Europeu no sentido dos Ministros das Finanças concluírem os trabalhos relativos ao acordo intergovernamental que cria o futuro mecanismo antes do Conselho Europeu da próxima Primavera.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e vídeo e ficará acessível na Internet, na página da Comissão de Assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

O Sr. Presidente, Deputado Vitalino Canas (PS), deu as boas-vindas ao Sr. MEF, recordando que o pedido de audição decorreu de uma deliberação da CAE, votada por unanimidade, sobre um requerimento apresentado pelo PSD, salientando o importante momento político da realização da audição.

O Sr. MEF realizou o enquadramento da crise económica, financeira e da dívida pública, desde 2007, salientando as suas consequências para o euro e destacando a estratégia da UE, assente em três pilares: o reforço das instituições de governação e coordenação das políticas económicas; a criação de um mecanismo de natureza financeira de intervenção nos mercados com vista a prevenir crises, sobretudo na zona euro, que possam destabilizar o euro, como foi o caso da Grécia e, depois, da Irlanda, colocando em evidência, entre os Estados-Membros, a necessidade da criação de um instrumento europeu permanente de estabilidade; e o esforço nacional desenvolvido por cada Estado-Membro de prosseguir esforços de consolidação orçamental, de aplicação de medidas de crescimento económico e de

reforço da estabilidade dos sistemas financeiros. Referiu a capacidade de 500 mil milhões de euros que o mecanismo europeu de estabilidade passaria a ter, elencando as características do fundo, que se previa entrar em vigor em Junho de 2013. Esclareceu que o fundo seria concedido, por decisão unânime dos Estados da zona euro, face a um pedido por parte de um Estado-Membro e tendo por base um programa de ajustamento macroeconómico e sujeito a condicionalidade. Informou que o Eurogrupo ficou mandatado para ultimar, até ao Conselho Europeu de 24 e 25 de Março, os detalhes técnicos com vista à concretização do referido mecanismo, em particular, a composição entre capital realizado, a realizar, garantias, procedimentos para a activação do fundo e métodos de decisão.

Na sequência desta intervenção, houve lugar a um debate onde intervieram os Srs. Deputados Carlos Costa Neves (PSD), José de Bianchi (PS), Pedro Brandão Rodrigues (CDS-PP), João de Gusmão (BE), Honório Novo (PCP), que colocaram questões referentes à resposta tardia do Sr. MEF ao requerimento com carácter de urgência apresentado pelo PSD a 6 de Janeiro para reunir com a CAE sobre o mecanismo europeu de estabilidade em apreciação nas instituições europeias; ao próprio mecanismo, a sua relação com o Banco Central Europeu (BCE), e à posição do Governo Português no processo de negociação em curso, nomeadamente no que se refere ao seu reforço e à sua flexibilidade; ao pacto para a competitividade/para o euro; ao pacto de estabilidade e de crescimento (PEC) e a situação decorrente da sua apresentação, pelo Governo Português, às instituições europeias sem prévio debate na AR; ao momento negocial em curso e ao cariz informal do Conselho Europeu de 11 de Março; à subavaliação das consequências de um pedido de ajuda externa; à capacidade de Portugal para ultrapassar a crise pelos seus próprios meios; ao aumento da dívida pública; à ideia de congelamento das pensões sociais; à perda de soberania com a recepção de instruções de Bruxelas; aos efeitos nocivos do endurecimento da disciplina orçamental para a economia do país; à necessidade de encontrar uma solução ao nível da regulamentação dos mercados financeiros e de um mecanismo de tributação das transacções financeiras; à possibilidade do mecanismo europeu de estabilidade poder adquirir títulos de dívida pública no mercado; e à ideia da precarização das relações laborais.

O Sr. MEF retorquiu, procurando esclarecer as questões colocadas, salientando a separação de poderes entre legislativo e executivo e o facto de o Governo, apesar de não ser apoiado por uma maioria parlamentar, não se encontrar condicionado e sob tutela no cumprimento das suas responsabilidades governativas, nem limitado no seu poder de iniciativa, recordando ter apresentado ao país, através da comunicação social, as propostas constantes do PEC IV antes da sua apresentação em Bruxelas. Referiu que as propostas anunciadas tinham em com vista emitir um

sinal de empenhamento por parte de Portugal que pudesse contribuir para acalmar os mercados e credibilizar o esforço do país para resolver os seus problemas e honrar os seus compromissos e salientou que se encontrava previsto o debate parlamentar sobre a matéria. Considerou que as propostas apresentadas respeitavam o acordo realizado com o PSD para 2011, apelando ao diálogo entre as várias forças políticas, para evitar o recurso à ajuda externa. Referiu-se à evolução de sessenta e seis mil milhões de euros da dívida pública portuguesa em 2005 para setenta e cinco mil milhões em 2009, comparando os 11% do PIB que a dívida representava com a média de 12% nos Estados da UE. Referiu a revisão da lei de enquadramento orçamental em curso na AR, incluindo já o novo enquadramento europeu e caracterizou o pacto para o euro. Enunciou os casos da Grécia e da Irlanda e os condicionalismos que sobre estes países impenderia durante anos. Esclareceu a relação do mecanismo europeu de estabilidade com o BCE. Por fim, afirmou a intenção do Governo em apresentar o PEC à AR antes do Conselho Europeu de 24 e 25 de Março.

O Sr. Presidente iniciou uma segunda ronda de intervenções, limitando o tempo de palavra a um minuto.

Intervieram os Srs. Deputados Luís Rodrigues (PSD), Ana Catarina Mendes (PS), Honório Novo (PCP), insistindo, por um lado, na falta de debate prévio com a AR das propostas apresentadas pelo Governo ao nível europeu e, por outro lado, alertando para a especificidade da situação de crise e da consequente necessidade de reacção rápida por parte do Governo. Os Srs. Deputados Assunção Cristas (CDS-PP) e João de Gusmão (BE) prescindiram de intervir.

O Sr. MEF respondeu às questões colocadas, apelando à calma e à serenidade, afirmando nunca se ter recusado a reunir com a AR, de se encontrar num momento de excepcionais dificuldades e apelando a um necessário entendimento.

2 - Ponto de situação do contributo da CAE/AR para a Comissão SURE do PE;

O Sr. Presidente recordou que a CAE tem estado a aguardar pelo envio, por parte da Comissão de Orçamento e Finanças, do seu contributo sobre a matéria em apreço desde 9 de Março, propondo que se reunissem os Sr. Coordenadores dos Grupos Parlamentares na CAE, para trabalharem uma proposta de resposta, registando o acordo dos presentes em torno desta metodologia.

3 - Apreciação e votação do Parecer elaborado na CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Análise Anual do Crescimento: uma resposta global da UE à crise [COM(2011)11] com Relatórios das 5.ª, 6.ª e 11.ª Comissões. Deputado Autor do Parecer: Carlos Costa Neves (PSD);

O Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD) solicitou o adiamento da apresentação do mencionado Parecer.

O Sr. Presidente, registando o acordo dos presentes, informou que o Parecer seria reagendado para a reunião da CAE do dia seguinte.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD), autor do Parecer, considerou que a matéria exigia a presença de todos os Grupos Parlamentares por ter implicações no processo de revisão da lei de enquadramento orçamental em curso na AR.

O Sr. Presidente propôs que se solicitasse à Comissão de Orçamento e Finanças um ponto da situação sobre o processo de revisão da lei mencionada para distribuição pelos Membros da CAE;

- Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera as Directivas 2003/71/CE e 2009/138/CE no que respeita às competências da Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma e da Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados [COM(2011)8];

A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) apresentou o Parecer elaborado pelo Sr. Deputado Autor do Parecer António Gameiro (PS), propondo que se suprimisse o ponto n.º 8.

A pedido do Sr. Presidente, o Sr. Vice-Presidente, Carlos Costa Neves (PSD), prosseguiu na direcção dos trabalhos, colocando o Parecer a votação, com a supressão do ponto n.º 8, registando a sua aprovação por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD, CDS-PP, na ausência do BE e do PCP.

4 - Nomeação de Deputado Autor de Parecer na CAE, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias, relativamente às seguintes iniciativas europeias;

- O Livro Verde: Dos Desafios às Oportunidades: Para um Quadro Estratégico Comum de Financiamento da Investigação e Inovação da U.E [COM (2011) 48], incluindo o Relatório da 8ª Comissão, foi distribuído ao Grupo Parlamentar do PS, com a indicação de que a iniciativa em apreço se encontrava em consulta pública até 20 de Maio de 2011, pelo que o Parecer deveria ser apresentado na reunião da CAE de dia 3 de Maio de 2011. A Sra. Coordenadora do PS na CAE, Deputada Ana Catarina Mendes (PS), nomeou a Sra. Deputada Ana Couto (PS);

- A Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho relativa as modalidades de controlo de actividades da Europol pelo Parlamento Europeu em conjunto com os Parlamentos nacionais - [COM(2010) 776], incluindo o com Relatório da 1ª Comissão, foi distribuída ao Grupo Parlamentar do PSD, com a indicação de que dizia respeito às modalidades de controlo das actividades da Europol pelo Parlamento Europeu, controlo ao qual são associados os Parlamentos nacionais, nos termos do art. 88.º TFUE, e representava a antecipação da sua futura regulamentação. O Sr. Coordenador do PSD na CAE, Deputado Luís Rodrigues (PSD), nomeou o Sr. Deputado Ferreira Gomes (PSD) para efeitos de elaboração do Parecer;

- A Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões em resposta ao Relatório do Grupo de Peritos sobre a Avaliação Intercalar do Sétimo Programa-Quadro de Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Demonstração e ao relatório do Grupo de Peritos sobre Avaliação Intercalar do Mecanismo de Financiamento da partilha de Riscos [COM (2011) 52], incluindo a Nota de Não escrutínio da 8ª Comissão, foi distribuída ao Grupo Parlamentar do PSD;

- A Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: para um melhor funcionamento do Mercado Único dos Serviços - Tirar proveito dos resultados do processo de avaliação mútua da directiva serviços (Texto relevante para efeitos do EEE) - [COM (2011) 20], incluindo o Relatório da 6ª Comissão, foi distribuída ao Grupo Parlamentar do PS, que nomeou o Sr. Deputado José Manuel Ribeiro (PS);

- A Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Combater o Abando Escolar Precoce: Um Contributo Essencial para a Estratégia 2020 - [COM (2011) 18] e a Proposta de Recomendação do Conselho sobre as políticas de redução do abandono escolar precoce - [COM (2011) 19], incluindo o Relatório da 8ª Comissão, foram

distribuídos ao Grupo Parlamentar do CDS-PP, que nomeou o Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP);

- A Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Contributo da Política Regional para o Crescimento Sustentável na Europa 2020 - [COM (2011) 17], incluindo o Relatório da 6ª Comissão, foi distribuída ao Grupo Parlamentar do PSD, que nomeou a Sra. Deputada Vânia Jesus (PSD);

- O Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre a Estratégia Temática de Prevenção e Reciclagem de Resíduos [COM (2011) 13], incluindo o Relatório da 12ª Comissão, foi distribuído ao Grupo Parlamentar do PSD, que nomeou o Sr. Deputado Pedro Pimentel (PSD);

- A Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Desenvolver a Dimensão Europeia do Desporto [COM (2011) 12], incluindo o Relatório da 8.ª Comissão, foi distribuída ao Grupo Parlamentar do PS, que nomeou o Sr. Deputado José de Bianchi (PS).

5 - Apreciação e votação das actas n.º 66, 67 e 69, respectivamente, de 18 e 23 de Fevereiro e 02 de Março de 2011.

O Sr. Presidente colocou as actas a votação, registando a sua aprovação por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS, na ausência do BE e do PCP.

6 - Outros Assuntos

O Sr. Presidente recordou que a CAE reuniria no dia 23 Março, às 11h30 e que no dia 29 de Março realizaria o Seminário "Europa 2020", da parte da manhã ou da parte da tarde, ainda a decidir, conforme a disponibilidade dos oradores convidados.

A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) informou que o projecto de resolução sobre a posição da Assembleia da República sobre o acompanhamento interparlamentar da Política Externa e de Segurança Comum e da Política Comum de Segurança e Defesa seria discutido e votado na sessão plenária de 25 de Março. Alertou para o facto de ter sido agendada a atribuição do prémio Norte-Sul para a

manhã do dia 29 de Março, na Sala do Senado, no momento e na sala onde estava prevista a realização do Seminário da CAE sobre a "Europa 2020".

O Sr. Presidente esclareceu que tinham sido atribuídos três minutos a cada Grupo Parlamentar para a discussão do mencionado projecto de resolução e que o Seminário da CAE se deveria manter.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) considerou que o Sr. Presidente deveria ter atribuído tempos fixos na gestão das intervenções dos Srs. Deputados durante a primeira parte da reunião.

O Sr. Presidente tomou boa nota da sugestão do Sr. Deputado, recordando, contudo, que o objectivo definido para a audição tinha sido extravasado pela força dos factos políticos.

A reunião foi encerrada às 12:00 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 5 de Abril de 2011.

O PRESIDENTE



(VITALINO CANAS)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Ana Couto
Arménio Santos
Carlos Costa Neves
Carlos São Martinho
Honório Novo
João Serpa Oliva
José de Bianchi
José Ferreira Gomes
José Ribeiro
Luís Rodrigues
Paulo Pisco
Pedro Brandão Rodrigues
Vânia Jesus
Vitalino Canas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro
Cecília Honório
Pedro Duarte

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Justificaram a falta os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Luís Pedro Pimentel
Sérgio Sousa Pinto